

APRESENTAÇÃO

Os estudos de gênero têm recebido, desde suas primeiras formulações no século XX, atenção crescente nos espaços acadêmicos das diversas áreas das ciências humanas. Há um cuidado cada vez maior em priorizar objetos e realizar análises que levem em conta questões de classe, raça, geração, assim como gênero e sexualidade. No caso da história, fontes das mais variadas tipologias, sejam elas visuais ou textuais, passam a ser analisadas sob esses novos olhares e novas preocupações – afinal, como alertava Lucien Febvre, a história é “filha de seu tempo”.

Joan Scott argumenta que o gênero é uma construção social e ficcional mantida por meio de práticas discursivas e de poder, que fundamenta as relações sociais com base nas diferenças entre os sexos (2019). Isto é, o gênero desempenha um papel crucial em diversas interações humanas, oferecendo uma maneira de decodificar significados e compreender as intrincadas conexões entre elas. A análise de materiais visuais possibilita, assim, ampliar o conhecimento acadêmico sobre as relações entre gênero, corpo e poder, oferecendo interpretações singulares das relações sociais e culturais em determinados contextos históricos.

Simultaneamente, no contexto historiográfico, as imagens deixaram de ser compreendidas meramente como ilustrações, passando a ser tratadas com renovado interesse nas pesquisas científicas. Alçadas à condição de novos objetos de estudo, as imagens revelaram-se potentes para compreender as sociedades humanas em suas produções e representações. Compreendendo-as como representações visuais do sistema sexo/gênero, convidamos pesquisadoras e pesquisadores a submeter trabalhos que busquem explorar o papel das imagens na formação e expressão dos gêneros ao longo da história, investigando suas complexas e dinâmicas relações. Afinal, conforme defendido por Teresa de Lauretis,

o sistema sexo-gênero, enfim, é tanto construção sociocultural quanto aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos inseridos na sociedade. (2009, p. 126).

Com os doze artigos aqui reunidos buscou-se, portanto, analisar criticamente as representações visuais do gênero, da feminilidade, da masculinidade, e daquelas identidades que “não são nem senhoras, nem senhores”, para citar Paul Beatriz Preciado (2022, p. 110), em diferentes contextos temporais e midiáticos. Neste dossiê temático visamos, assim, estabelecer conexões multidisciplinares, a fim de enriquecer e aprofundar nosso entendimento sobre as relações entre a história das imagens e as construções de gênero.

No artigo introdutório do dossiê, valemo-nos do conceito de “pensamento figurativo”, de Pierre Francastel (1993), para propor uma provocação: pode uma imagem nos fazer pensar gênero? A partir da análise da pintura *Jesus Cristo*, de Salustiano Garcia – criada para o cartaz da Semana Santa de Sevilha de 2024 –, discutimos como a figura de Cristo também pode ser lida à luz das questões de gênero, mobilizando tensões entre masculinidade, beleza, sofrimento e idealização. Ao destacar a potência das imagens em produzir discursos e interpretações,



defendemos que elas devem ser compreendidas como objetos de análise privilegiados na investigação das sociedades humanas.

É nesse horizonte que se insere o artigo de João Paulo Baliscei, motivado por uma experiência cotidiana aparentemente banal: a pergunta “é pra menino ou pra menina?”. O episódio narrado por Baliscei levou-o a refletir sobre os efeitos pedagógicos da cultura visual na construção dos gêneros desde a infância. Com base nos Estudos da Cultura Visual, o autor analisa a pintura *Menino Azul* (1770), de Thomas Gainsborough, e mostra como uma mesma imagem pode adquirir sentidos distintos em diferentes contextos – de modelo de masculinidade aristocrática a ícone da cultura gay. Seu artigo “A pintura Menino Azul (1770): citacionismo artístico e a construção visual das masculinidades” acompanha os diversos usos da obra ao longo do tempo, explorando suas ressignificações na arte, na publicidade e na cultura visual de modo mais amplo.

Partindo de inquietações semelhantes sobre memória, visualidade e gênero, Vânia Carneiro de Carvalho investiga em seu texto “Territórios afetivos – mechas de cabelos em exposições históricas” a trajetória das mechas de cabelo da imperatriz Leopoldina, inicialmente guardadas como lembrança íntima e, mais tarde, exibidas no Salão Nobre do Museu Paulista. Ao acompanhar o deslocamento desses objetos da esfera privada ao espaço expositivo, a autora evidencia como práticas femininas de caráter afetivo foram ressignificadas como elementos constituintes de narrativas visuais da identidade nacional, revelando o papel simbólico atribuído às mulheres nos discursos históricos museológicos.

Também a partir de um cuidadoso trabalho com acervos, Mariana Sacon Frederico examina em “As alunas da Academia Imperial de Belas Artes: encontrando brechas e abrindo caminhos” documentos do Arquivo do Museu D. João VI para investigar a presença de mulheres na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), instituição originalmente reservada à formação de artistas homens. Embora o ingresso formal de mulheres só tenha sido autorizado em 1892, a autora mostra como algumas artistas, a exemplo de Candida Klier e Hermelinda Bastos, encontraram brechas legais e institucionais para frequentar aulas como amadoras ou ouvintes. Ao analisar requerimentos e matrículas, o artigo ilumina os efeitos do uso do masculino “neutro” nos regulamentos da Academia, recuperando trajetórias que desafiam a exclusão de gênero na história da arte brasileira.

Na mesma chave investigativa, o artigo de Nathan Gomes, “Forjando uma heroína: a iconografia de Maria Quitéria de Jesus e os artistas britânicos na Independência do Brasil” analisa a construção da visualidade de Maria Quitéria de Jesus, combatente da Guerra de Independência na Bahia, a partir de imagens produzidas por artistas britânicos para o livro *Journal of a Voyage to Brazil*, de Maria Graham. Gomes revela como a iconografia de Quitéria foi moldada a partir de modelos visuais estrangeiros, distantes do repertório brasileiro, e transformada em símbolo da participação feminina e popular no processo de emancipação. Ao discutir a fortuna crítica dessas imagens e da obra de Graham, o autor destaca como o gênero da cronista influenciou a recepção de seu trabalho, desqualificando sua autoridade no campo político.

Também interessada em práticas visuais e estratégias de autorrepresentação, a pesquisa de Solange Ferraz de Lima e Eric Dias Lemos analisa o álbum de cartões-postais *Europa 1913*, produzido por Olga Souza Queiroz. Neste artigo, “Colecionadora de imagens”,



os autores investigam como, por meio da curadoria pessoal e da montagem visual do álbum, Olga construiu uma narrativa autobiográfica atravessada por marcadores de classe, gênero e consumo. O estudo mostra como a organização visual de um acervo aparentemente íntimo pode ser compreendida como performance identitária.

Por outro caminho, Valdênio Meneses explora em “Marcar o gado, marcar memória: uma heráldica “sertaneja” e masculina entre elites pecuaristas do nordeste” a ressignificação dos ferros de marcar gado por elites pecuaristas do Nordeste como dispositivos de memória, parentesco e identidade masculina. Ancorado nas obras de Ariano Suassuna, Oswaldo Lamartine e Virgílio Maia, o autor analisa a cultura da ferração como um repertório simbólico que reafirma masculinidades viris em um contexto de decadência econômica e social. Os ferros se tornam, assim, suportes materiais de uma memória nostálgica que tenta preservar distinções de classe e gênero em tempos de mudança.

A questão da cultura material também é central no artigo de Raissa Monteiro dos Santos, que analisa dois anúncios do Mappin Stores, produzidos nas décadas de 1930 e 1940. Em seu artigo “A publicidade como fonte material: um exercício de análise com dois anúncios do Mappin Stores”, a autora mobiliza a metodologia de Ulpiano Bezerra de Meneses – que propõe estudar a imagem em seu circuito completo, da produção à circulação e ao consumo – para discutir como a publicidade atua na constituição de identidades de gênero. Com uma análise morfológica rigorosa, Raissa revela como esses impressos veiculam discursos normativos sobre feminilidade e masculinidade, reforçando papéis sociais por meio da materialidade gráfica.

Ainda no campo dos acervos museológicos, Edmeia Ribeiro e Rubia Fernandes da Silva examinam, em “Onde estão as mulheres na história? Coleções de museus e a invisibilidade das mulheres – um estudo de caso”, a coleção fotográfica de George Craig Smith, doada ao Museu Histórico Padre Carlos Weiss (Londrina-PR), para discutir os silenciamentos em torno das mulheres nos registros visuais da colonização da cidade. A partir da escassez de imagens femininas e da ausência de nomeações, as autoras argumentam que, embora fundamentais na organização da vida social, as mulheres foram sistematicamente apagadas das narrativas visuais e institucionais do museu.

Voltando-se a um contexto mais distante, mas igualmente rico, Thais Rocha analisa como a Egiptologia ocidental associou, ao longo do tempo, as mulheres ao espaço doméstico no Egito Antigo, a partir das reconstruções das vilas de Amarna e Deir el-Medina. Com base em fontes textuais, visuais e arqueológicas, a autora demonstra, em “A Reconstrução das Casas Egípcias e os Desafios de Gênero na Egiptologia”, como essas reconstruções refletem mais os pressupostos ideológicos de gênero e classe dos arqueólogos modernos do que a realidade social egípcia. A crítica recai sobre o anacronismo de certas interpretações, que desconsideram a complexidade das dinâmicas de gênero na antiguidade faraônica.

O artigo de Giovanna Trevelin, “Georgina de Albuquerque e Augusto Bracet: narrativas de gênero em disputa na construção artística do Centenário da Independência”, em paralelo aos textos de Nathan Gomes e Mariana Sacon Frederico, questiona os cânones artísticos masculinos que sustentam a construção da memória histórica nacional. Tomando como ponto de partida as narrativas visuais da Independência do Brasil, a autora analisa comparativamente duas pinturas históricas produzidas para o Centenário de 1922: *Sessão do Conselho de Estado*,



de Georgina de Albuquerque, e *Primeiros Sons do Hino da Independência*, de Augusto Bracet. Ao destacar a trajetória de Georgina como exceção em um campo majoritariamente masculino, seu estudo propõe refletir sobre as disputas de gênero na arte oficial. O artigo de Trevelin demonstra como a arte pode reinscrever identidades e abrir espaço para discursos que desafiem os limites da tradição histórica.

Fechando o dossiê, em “A mulher no canteiro de obras: uma análise da Cidade das Damas de Christine de Pizan numa perspectiva de história conectada”, Adriana Vidotte e Lorena da Silva Vargas propõem uma leitura documental do *Livro da Cidade das Damas* (1405), de Christine de Pizan, articulando a metáfora da cidade edificada por e para mulheres à presença feminina nos canteiros de obras medievais. Partindo da querela das mulheres e de iluminuras do manuscrito do Duque de Berry, as autoras percorrem o caminho do discurso alegórico à evidência histórica, questionando os apagamentos da participação feminina em ofícios construtivos e propondo deslocamentos importantes na historiografia do trabalho, da materialidade e do gênero na Idade Média.

Em suma, reunimos nestas páginas uma diversidade de temas, temporalidades, objetos e perspectivas teóricas. Ao explorar imagens que vão da antiguidade egípcia à cultura visual e material contemporânea, passando por pinturas históricas, objetos de afeto, fotografias, anúncios publicitários e artefatos do cotidiano, os artigos aqui presentes iluminam as múltiplas formas pelas quais os gêneros são construídos, disputados e representados ao longo do tempo. Desejamos uma excelente leitura.

